

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS AO CLÍTICO DE TERCEIRA PESSOA NA REPRESENTAÇÃO DO ACUSATIVO ANAFÓRICO

Diva Cleide Calles<sup>1</sup>

**RESUMO:** A proposta deste trabalho é a de refletir sobre a ocorrência de estratégias alternativas ao clítico de terceira pessoa na representação do acusativo anafórico, por falantes do português do Brasil (PB). Apesar da frequência deste uso, esbarra-se na questão de norma e uso: trata-se de ‘erro’ ou de uma variedade do idioma? Examina-se ainda a aceitação deste emprego em algumas modalidades de variações linguísticas. Esta análise é feita sob o enfoque teórico da Sociolinguística, dos estudos dialetais e variacionistas, e das reflexões de vários estudiosos da oralidade e da escrita, e da língua em uso e em função.

**PALAVRAS-CHAVE:** clíticos; objeto nulo; norma e uso; variação linguística.

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to examine the employment of the clitics as objective personal pronouns (acusative) in spoken language. Despite of such occurrences, we have to deal with the issue of norm and usage: is it a linguistic ‘error’ or a language variety? The acceptance of such an employment in certain modalities of linguistic variation is also examined. The analysis is mainly done under the theoretical reference of Sociolinguistics and considerations by researchers on the language in usage both in speech and writing.

**KEYWORDS:** clitics; nule object; norm and usage; linguistic variation.

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo

## 1. Considerações preliminares

Este trabalho visa focalizar o emprego de estratégias alternativas ao clítico de terceira pessoa na representação do acusativo anafórico. Em geral, característica da informalidade da língua falada, sobretudo dada a regularidade e freqüência de uso, esta ocorrência parece-nos ainda merecer alguns questionamentos: (1) pela necessidade de desfazer-se a prisão a fórmulas que responderiam pelo que é de língua escrita e o que é de língua falada (como se a língua falada, a língua de cada dia, não tivesse uma gramática); (2) pelo estreito vínculo com o próprio trabalho com a língua em uso e em função; (3) pelo dinamismo da língua que varia, constantemente, no espaço e no tempo.

Acreditamos que tais considerações se justificam uma vez que, nas últimas décadas, diferentes trabalhos acerca do português falado no Brasil vêm investigando a ocorrência destas estratégias e vêm registrando uma mudança praticamente consumada nesta realização. Observa-se que o clítico recomendado pela tradição gramatical apresenta baixa ou nenhuma produtividade, possibilitando, desta maneira, o surgimento de outras estratégias em sua substituição, como: o uso do pronome lexical em função acusativa (*ele*), SNs anafóricos e o objeto nulo. Desta maneira, pretende-se apresentar elementos para uma reflexão sobre tendências de mudanças próprias ao português brasileiro.

A realização do acusativo anafórico como estratégia alternativa ao clítico de terceira pessoa não consiste em fato exclusivo da língua falada, mas serve muito mais diretamente às suas características. Na escrita, reproduzindo, em geral, a fala, manifesta-se na literatura, em quadrinhos e tirinhas, no discurso publicitário. Deve-se salientar que muitas das ocorrências deste emprego específico consistem na reprodução na escrita das marcas de oralidade da fala de modo a produzir efeitos de sentido específicos.

Esta análise é feita sob o enfoque teórico da Sociolinguística, dos estudos dialetais e variacionistas, e das reflexões de vários estudiosos da oralidade e da escrita, e da língua em uso e em função.

## 2. Sobre a noção de ‘desvio’ lingüístico

Ainda que, por ser a média dos falares, se configure como uma modalidade lingüística regular, freqüente, ‘normal’, sob o ponto de vista da chamada Gramática Tradicional (GT), este emprego do acusativo anafórico continua sendo tratado como ‘erro’, como desvio da norma-padrão, sequer sendo levados em conta os diferentes gêneros discursivos e contextos sociolingüísticos que justifiquem seu emprego não-padrão.

Na verdade, são muitos os termos usados para designar ‘desvio lingüístico’, desvio da norma tradicionalmente aceita como padrão, enunciados não aceitáveis que levam ao equívoco, ao estranhamento, a problemas de compreensão ou aceitação. Observa-se ainda que há desvios toleráveis e inaceitáveis e que a tolerância e aceitabilidade de um desvio estão relacionadas ao desempenho do falante bem como a outros fatores socioculturais.

Os pressupostos em que se baseia a noção de ‘desvio’ se norteiam por uma perspectiva que, via de regra, procura ‘engessar’ a língua em sua norma-padrão, caçando os ‘erros’ e corrigindo-os por meio da aplicação de regras ‘acima de quaisquer suspeitas’ para que os falantes da língua se apoderem de seus mecanismos e possam, com o devido domínio da gramática normativa, penetrar no universo restrito da comunidade letrada e das fontes escritas mais formais e conservadoras ou nos chamados ‘clássicos’ da literatura nacional.

Pergunta-se, contudo, desvio para quem, em que medida e/ou contexto? De fato, não existe ‘desvio’ absoluto ou unânime. Cada falante forma um repertório próprio de ‘desvios’, como reflexo da sua história pessoal, de sua formação cultural, de sua personalidade, de seu meio. Todos os falantes têm uma visão própria sobre a adequação dos discursos aos contextos. Em certos casos, uma construção pode ser aceitável para uma pessoa e inaceitável para outra. O que é desvio para um falante não é para outro. O que causa estranhamento a um, não causa a outro. O que é reprovado por um grupo não é por outro. O desvio tolerado e aceito numa situação pode ser totalmente reprovado em outra.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que há construções pertencentes à norma não-padrão menos reconhecidas, menos ‘consentidas’ pelo grupo social. Qualquer falante nativo do português compreende perfeitamente o enunciado: *Ontem nós fumo no jogo*, no qual podem-se identificar duas transgressões à norma-padrão. A verdade é que

*nóis fumo* se reputa como ‘errado’, não por levar ao equívoco, à impossibilidade de decifrar a mensagem ou de compreendê-la, mas por ser considerado pertencente a uma variante reprovada, adotada por falantes muitas vezes já estigmatizados pela condição sociocultural. Deste modo, a rejeição não se manifesta apenas àquilo que é falado, à expressão em si, mas ao fato de ela estar ligada a pessoas e aspectos culturais com que o interlocutor não quer identificação. Por outro lado, pelas mesmas razões anteriormente apontadas, *no jogo*, que também foge à norma-padrão, causa muito menos estranhamento, pois se trata de um tipo de desvio praticado por usuários da língua não necessariamente vinculados a outros estigmas (sociais, culturais, econômicos etc.).

Isto porque todos os falantes, do liberal ao conservador, do culto ao ignorante, do conhecedor profundo da língua ao falante menos escolarizado, todos fazem julgamento sobre o que ouvem ou lêem, não só no aspecto do conteúdo, mas também no da forma. Não se trata, é claro, de uma postura ‘científica’, racional, apenas de juízo de valor, algo que simplesmente não se pode evitar.

É sempre bom ressaltar que a visão de desvio é sempre histórica e social e que a gramática normativa, como existe hoje, liga-se a uma tradição iniciada num passado distante, remontando à Antiguidade, bem como a um passado mais recente, o século XIX, no Brasil, em que boa parte da população se constituía de analfabetos e em que predominava ainda mais acentuadamente o isolamento lingüístico entre regiões e entre classes sociais. A divisão social mostrava-se muito mais polarizada, bem como o intercâmbio lingüístico entre classes, reprimido pela classe abastada, cuja visão nitidamente aristocrática e segregacionista se refletia no acesso à escolarização e à informação escrita. Os meios de comunicação de massa, limitados às mídias impressas, estavam em estágio inicial de formação.

Nesse contexto, cabia ao gramático normativo tutelar, justificar, conservar e enaltecer a variante lingüística dos falantes chamados ‘cultos’<sup>2</sup>, por ser esta a variante

---

<sup>2</sup> Em geral, a noção de ‘falante culto’ diz respeito àquele que detém um grau de escolarização formal classificável de universitário completo, um indivíduo que fez todo o percurso de escolarização, nos três níveis de educação: fundamental (8 anos), médio (3 anos) e o superior (em média, 4 a 5 anos).

acatada como superior e preferida pela classe com acesso à escola, e as demais variantes consideradas como inadequadas, ou mesmo inferiores. Concebida como instrumento de exclusão social, como confraria para iniciados, a gramática normativa do século XIX norteia a concepção de que poucos privilegiados teriam a capacidade da ‘boa expressão’, cujos exemplos eram buscados nas fontes escritas mais formais e conservadoras.

Ao longo do século XX, fatores históricos e sociais passam a gerar uma tendência de distensão nas barreiras ao intercâmbio e ao liberalismo linguístico. As relações sociais se tornam mais informais e menos imobilistas. Entretanto os normativos, não levando em conta a evolução da língua, mantêm diversas posturas ditatoriais, inflexíveis, em contraste com o que efetivamente se pratica no idioma. O fato é que, a partir de 1970 especialmente, passaram a ter acesso à escola muitos que antes dela estavam excluídos. No entanto, como afirma Matos e Silva,

A escola brasileira, falsamente democrática nas últimas décadas, no que diz respeito ao ensino de língua materna, persegue, no geral, a tradição normativo-prescritiva cujo modelo é um português padrão idealizado, fundado originalmente no português europeu (Matos e Silva, 2004, p.137).

Altera-se gradativamente o panorama educacional, isto é, o direcionamento da educação, anteriormente destinada somente às classes média e alta urbanas, detentoras da norma culta privilegiada pelos livros didáticos. O acesso de um número crescente de alunos ao ensino nas classes mais baixas traz para a escola as variantes desprestigiadas do português. A rotina escolar, no entanto, não parece ter sido significativamente alterada para fazer frente à nova situação, os livros e professores não apresentam condições de enfrentar as mudanças de clientela e dos padrões de julgamento e de aceitação das modalidades não *standard* do português brasileiro e da cultura popular. A disparidade social e imposição do padrão linguístico da classe dominante acarretam o complexo da ‘incompetência linguística’ inculcado sobre as classes mais baixas, inclusive por professores que insistem, infelizmente ainda, na noção de ‘erro’ em vez da perspectiva da adequação.

Não se trata de desprestigiar a norma-padrão e afirmar que na fala - e, em alguns casos, na escrita - vale tudo, pois, ainda que a visão de desvio varie de grupo para grupo, de época para época, de pessoa a pessoa, sabe-se que determinados textos, pertencentes a

determinados gêneros discursivos, devem obedecer ao padrão formal, isto é, estar de acordo com os princípios estabelecidos pela norma prestigiada, dita 'padrão'.

Importante ainda é considerar que o manejo da norma-padrão, em manifestações verbais orais e escritas, tal como empregadas por usuários com maiores repertórios de registros lingüísticos, os falantes escolarizados, se apresenta - quer concordemos com isso ou não - como mecanismo de acesso social, pela discriminação sociocultural como reflexo da divisão socioeconômica que caracteriza o Brasil atual. Neste sentido, Matos e Silva pondera que

Em geral, este direcionamento traz implícita ou explícita a necessidade social de, por processos pedagógico-lingüísticos adequados, integrar as variantes que trazem os estudantes aos padrões lingüísticos prestigiados pela sociedade em geral, com base no argumento de que se faz necessário à ascensão social, numa sociedade estratificada como a nossa, o domínio dos chamados 'usos corretos' (Matos e Silva, 2004, p.138).

Este acesso aos 'usos' mais prestigiados deve ser viabilizado pela escola, sem dúvida. Porém, o ensino da língua não deveria se constituir em instrumento de castração dos indivíduos no processo de construção da aprendizagem (NEVES, 2003, p.108). Não basta, igualmente, prescrever regras determinantes do que é 'certo' ou 'errado'. É importante verificar as uniformidades ou diferenças existentes entre os vários registros de uma língua, tais como: as especificidades da língua falada e da escrita, as diversidades na utilização de uma mesma língua por um grupo de falantes, e a adequação de determinados registros a diferentes contextos socioculturais.

Verifica-se, neste sentido, com relação a estratégias alternativas ao clítico de terceira pessoa na representação do acusativo anafórico, que tal emprego corresponde a uma das variantes lingüísticas menos 'condenadas', especialmente porque também empregadas por falantes não pertencentes a classes sociais menos privilegiadas.

### **3. Algumas reflexões sobre o conceito de norma**

Um conceito amplo de norma, o de ‘normalidade’, relaciona-se à norma como fator de coesão social, no sentido de defesa e de controle exercidos por um grupo com relação à linguagem praticada, para que não ocorram alterações ‘indesejadas’, de forma a manter a identidade, reconhecida dentro dessa comunidade ou grupo social<sup>3</sup>.

Há ainda um conceito estrito de norma, o de ‘normatividade’ (‘norma-padrão’, ou ‘norma culta’) que corresponde a um uso lingüístico concreto: a variante praticada pela classe de prestígio, um segmento social cercado de recursos e orientações quanto ao uso da norma culta (ou pedagógica e transmitida pela escola) e descrita por meio da ‘norma gramatical ou prescritiva’. Refletindo usos e atitudes daqueles que têm acesso ao saber, por oportunidades de ordem política, econômica e cultural, esta classe prestigiada espera que os indivíduos desenvolvam falas e/ou ações, de acordo com a perspectiva que estes falantes possuem sobre sua própria língua.

Em geral, a GT apresenta conceituações sobre *norma* que manipulam critérios extralingüísticos, refletem uma concepção elitista ou aristocrática, causam forte impacto de diferença social, tais como: (1) o falar do prestígio em contraponto ao falar popular; (2) a idéia de que tudo que é passado é melhor: a tradição, os clássicos, os antigos em detrimento do que é novo; (3) a perspectiva de que a correção lingüística assegura a integridade da língua. Na verdade, a língua culta é apenas uma variedade a mais, ou seja, tem prestígio não por algo fundamentado nos mais recentes achados científicos sobre a linguagem, mas, ao contrário, por não apresentar regionalismos, estrangeirismos, por ser impecável no uso da fala e da escrita. Há que se considerar, deste modo, que ‘norma’ se refere não apenas a um conceito lingüístico, a ‘um conjunto de formas lingüísticas’, mas primordialmente a fatores socioculturais articulados a estas formas (Neves, 2003, p.20).

Ressalta-se ainda que, pelo desenvolvimento da ciência lingüística, vem se alterando o conceito de ‘norma’. Em primeiro lugar, a veiculação de padrões a usos, usos a registros, registros a eficácia, bem como a reversão do conceito de ‘diferença’ como ‘deficiência’ para ‘diferença garante a eficiência de comunicação’. Os estudos sobre oralidade relativizam o padrão e relacionam ‘escolha de padrão’ a ‘modalidade de língua’,

---

<sup>3</sup> Por exemplo, a comunidade pressiona uma criança a utilizar uma linguagem ‘adulta’, condenando simplificações do sistema por analogias, como ‘eu sabo’ ou ‘eu fazi’.

em função da adequação a cada situação e de eficiência comunicativa (Neves, 2003, p.34-5).  
Neves assinala ainda que

Normatividade ninguém ainda ousa defender. Mas deve lembrar-se de que, se a gramática não tem a ver com norma, por outro lado, o desempenho eficiente, em certos registros, depende da conformação do texto a determinados padrões vigentes e aceitos na sociedade (Neves, 2002, p. 229).

A linguagem se realiza na interação verbal e no uso. Um padrão lingüístico que se proponha fora da observação dos usos não constitui um padrão real, pois a língua não é um sistema uno, um sistema modelar, mas engloba um conjunto de variantes. A variação e a heterogeneidade não podem ser consideradas como ‘desvio’ (‘defeito’, ‘degeneração’, ‘decadência’), ou manifestações ‘menos legítimas’, ‘menores’ (Neves, 2003, p.20).

Neste sentido, assumem-se, pelo menos, três pressupostos: (1) co-existem registros lingüísticos (formas e modos de dizer) prestigiados com a heterogeneidade; (2) o reconhecimento da variação lingüística não deve abrigar nenhuma valoração; (3) a escola, os manuais didáticos, os professores deveriam considerar as mudanças originadas por variedades do português - como esta reestruturação sintática da língua que examinamos neste trabalho - e promover nos alunos a capacidade de ‘traduzir’ de uma para outra variante, propiciando-lhes maiores repertórios lingüísticos para a eficiência comunicativa.

#### **4. A variação lingüística**

Ninguém a rigor faz erros na própria língua materna. Podem-se cometer equívocos nisso ou naquilo, desvios com relação ao sistemático, a uma variante tida como ‘correta’, no que se refere, por exemplo, à concordância nominal e verbal. O sintagma nominal *as casa grande* - em vez de *as casas grandes* - pode ser produzido, por exemplo, por falantes pouco escolarizados, ou por aqueles, por algum motivo, predispostos a este tipo de construção. A marca de plural, no PB, é expressa apenas no artigo ou no artigo e também no núcleo do sintagma nominal. Do ponto de vista lingüístico, não se trata de ‘erro’, mas de variação lingüística, que, numa perspectiva pessoal, subjetiva, pode nos agradar ou não (Beline, 2002).



Tais ‘erros’ correspondem à transgressão de regras *extrínsecas* à gramática normativa, as quais, de um modo geral, não são totalmente dominadas pelos usuários. São conhecidas, porém, as regras que permitem a competência lingüística do falante nativo, as regras *intrínsecas* à própria língua e que refletem a internalização de toda a gramática da língua (Beline, 2002).

Deste modo, todo falante vai construindo, a partir da observação e de suas próprias experiências lingüísticas, uma *gramática internalizada*, independente do estudo e da escolarização: mesmo analfabetos conseguem usar a língua para se comunicar, pois a aprendem intuitivamente<sup>4</sup>. Deste modo, o falante, mesmo sem ter freqüentado uma escola, tem capacidade para não produzir um sintagma nominal do tipo: *a casas*, pois é agramatical, impossível na prática (Beline, 2002).

Como variedades lingüísticas, citam-se os dialetos (variedades que ocorrem em função das pessoas que utilizam a língua, ou seja, os emissores) e os registros (variedades que ocorrem em função do uso que se faz da língua, as quais dependem do receptor, da mensagem e da situação). Além disso, cada pessoa traz em si uma série de características que se traduzem no seu modo de se expressar: a região onde nasceu, o meio social em que foi criada e/ou em que vive, a profissão que exerce, a sua faixa etária, o seu nível de escolaridade (Neves, 2002 e 2003).

As línguas apresentam ainda variedades referentes ao uso que da língua em função da situação em que o usuário e o interlocutor estão envolvidos. O produtor de um discurso leva em conta um destinatário, virtual ou não, com este estabelece um contrato. Para se fazer entender, qualquer pessoa precisa estar em sintonia com o seu interlocutor e isto é facilmente observável na maneira como um falante se dirige, por exemplo, a uma criança, a um colega de trabalho, a alguém hierarquicamente superior. Escolhem-se palavras, modos de dizer, para cada uma dessas situações (Neves, 2002 e 2003).

---

<sup>4</sup> Esta *gramática internalizada*, em que a combinação de elementos se faz segundo normas gramaticais intrínsecas da língua, é muito pouco valorizada nas escolas, que, muitas vezes, ensinam a nomenclatura gramatical e não a *língua* e o seu uso. De um modo geral, a escola privilegia uma manifestação da linguagem tida como superior à fala: a língua escrita, baseada na norma-padrão, pois, em geral, esta concepção normativa da língua vê a fala como o lugar do erro, incorrendo no equívoco de confundir a língua com a gramática codificada. Apesar de reconhecer a existência das variedades lingüísticas, a escola continua a privilegiar apenas a norma culta, em detrimento das outras, inclusive daquela que o educando já conhece anteriormente.

Diversos fatores, como região, faixa etária, classe social e profissão, são responsáveis pela variação da língua. Não há hierarquia entre os usos variados da língua, assim como não há uso linguisticamente melhor que outro. Em uma mesma comunidade linguística, portanto, coexistem usos diferentes, não havendo um padrão de linguagem que possa ser considerado superior. O que determina a escolha de tal ou tal variedade é a situação concreta de comunicação (Neves, 2002 e 2003).

Considerar a existência de vários registros de fala implica modificar a polarização do conceito de ‘certo’ e ‘errado’ para o prisma da adequação. Encarar o ‘erro’ como tudo aquilo que se desvia da norma-padrão, em contrapartida, pode redundar, muitas vezes, numa linguagem que soa estranha, pouco natural e inapropriada. A possibilidade de variação da língua expressa a variedade cultural existente em qualquer grupo. Basta observar, por exemplo, no Brasil, que, dependendo do tipo de colonização a que uma determinada região foi exposta, os reflexos dessa colonização aí estão presentes de maneira indiscutível (Neves, 2002 e 2003).

As variantes linguísticas se configuram em fatores linguístico-sociais que determinam opções diversas, dentro da mesma língua, para veicular um mesmo sentido. Num efetivo processo de comunicação, um falante deve ser capaz de selecionar entre as variantes da língua as formas mais adequadas de acordo com a mensagem a ser transmitida, o interlocutor, o lugar, de que modo e por que meio será transmitida a mensagem. Ainda que as gramáticas, no entanto, continuem a veicular padrões,

os padrões não se impõem ao uso, mas pelo contrário, os usos estabelecem padrões; os usos são socialmente diferentes, mas esta estratificação não representa diferente valoração, apenas representa o reconhecimento de que diferentes usos não que ser adequados a diferentes situações de uso: assim a existência de registros não-padrão constitui garantia de eficiência de uso (Neves, 2003, p.34).

As variedades não são, pois, erros, mas diferenças. Não há, portanto, ‘erros’, mas inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, mas no uso de uma variedade em vez de outra, por exemplo, em situações em que as regras sociais não abonam determinadas formas de expressão. O que ocorre é que há variantes estigmatizadas e mais propensas que outras a serem rejeitadas, a serem condenadas ao preconceito

lingüístico. Por outro lado, outras variantes tendem a ser prestigiadas. Assim, o social está vinculado ao uso da linguagem (Neves, 2003).

## 5. A realização dos objetos diretos anafóricos de terceira pessoa

As características sintáticas do português brasileiro - aspecto crucial da diversidade sociodialetal do idioma, tomando dados sincrônicos e diacrônicos -, decorrem de fatores sócio-históricos do passado e do presente e sofrem alterações que escapam à normatização do português europeu (PE), base para a GT. Entre estas diversidades, estão o uso da forma reta em substituição ao clítico, o objeto nulo e o desaparecimento do clítico acusativo, sobretudo o de terceira pessoa.

Bagno observa que obras gramaticais de perfil normativo apenas de forma muito tímida dão conta de fenômenos que escapam à norma-padrão relativa ao português escrito mais monitorado<sup>5</sup>. O autor trata o uso do pronome *ele* como objeto direto como um ótimo exemplo de atitude metodologicamente inconsistente dos gramáticos normativos<sup>6</sup> e atenta para a necessidade de

abandonar tais purismos e escancarar o português brasileiro: dizer que as regras do nosso vernáculo são certas e válidas, de modo claro e explícito, e não com observações de letra pequena ou em notas de rodapé. É preciso escrever, preto no branco, por exemplo, que o uso do pronome *ele* como objeto direto não é crime, não é pecado, não é imoralidade - é simplesmente uma regra gramatical da língua

---

<sup>5</sup> A abordagem pronominal tradicionalmente operada nas obras gramaticais é, no mínimo, insuficiente. É interessante inicialmente ressaltar que a classificação dos pronomes pessoais oblíquos quanto à acentuação, em átonos e tônicos, em geral, não corresponde ao que é praticado efetivamente no PB, no qual a maior ocorrência de próclise permite que o pronome receba o acento tônico, como em: *Saindo da festa, me despedi de todos*. Neste sentido, atribuir a estes pronomes a classificação de 'átonos' de antemão, sem quaisquer outras considerações, parece-nos inadequado. Nas várias gramáticas de língua portuguesa, no entanto, não há sequer indicação deste fato lingüístico. Encontram-se, com referência ao emprego de pronome tônico pelo átono, apenas a casos como: atirar-se *a ele*; devolver *a ela*. Em Vilela e Koch (2001, p.214 a 216), temos algumas referências à modalidade oral praticada no PB, incluindo a menção à forma *ele* em vez de *o*, mesmo no caso de '*accusatiuus cum infinitivo*': *Vi ele ontem mesmo no café; Mandei ele vir hoje mesmo; Fizeram ele entrar imediatamente!* (Idem, ibidem, p.216).

<sup>6</sup> Mattoso Câmara Jr. Analisava décadas atrás e como indicam vários estudos tanto de gerativistas como de sociolinguistas (Matos e Silva, 2004, p. 145). Conforme Bagno (2000, p.198), há um empenho científico em mapear estratégias de retomada anafórica. Cita diversos estudiosos do tema, entre eles, Tarallo (1983, cap. VI), que correlaciona relativização e pronominalização no português do Brasil.

falada no Brasil por mais de 175 milhões de pessoas que também comparece em textos escritos mais monitorados! (Bagno, 2003, p. 164).

No entanto, Bagno alerta para o fato de que não é tarefa dos cientistas da linguagem elaborar, como sugerem alguns, outra gramática normativa em que se consubstancie uma nova 'norma'. Uma concepção de língua como uma atividade social, cujas normas evoluem segundo os mecanismos de auto-regulação dos indivíduos e dos grupos em sua dinâmica histórica de interação entre si e com a realidade - estaria em franca contradição com um trabalho normativo-prescritivo, com uma regulação imposta de cima para baixo, por mais bem intencionada que fosse, por mais que se apoiasse em teorias científicas consistentes. O papel do lingüista é descrever a língua em suas múltiplas manifestações e oferecer hipóteses e teorias consistentes para explicar os fenômenos lingüísticos (Bagno, Gagne e Stubbs, 2002, p.31-2).

Para tratar destas três ocorrências de uso efetivo das estratégias alternativas ao clítico de terceira pessoa na representação do acusativo anafórico, fica estabelecido o seguinte critério:

- A. *Comprei o livro, mas ainda não o li.* → uso de clítico, recomendado pela norma-padrão, insignificante na língua falada, considerado uma variante estigmatizada na fala mesmo por falantes escolarizados: é 'certo mas esquisito, pois ninguém fala assim'.
- B. *Comprei o livro, mas ainda não li ele.* → uso de pronome lexical (o *ele* acusativo), não recomendado pela norma-padrão, favorecido especialmente quando o objeto direto é marcado pelo traço semântico [+animado], adotado tanto por falantes menos escolarizados (> incidência), como por falantes cultos (< incidência).
- C. *Comprei o livro, mas ainda não li.* → objeto nulo (supressão do clítico), empregado especialmente quando o objeto direto é marcado pelo traço semântico [-animado], para se evitar tanto o 'erro' do *ele* acusativo, como o pedantismo, o rebuscamento, a falta de naturalidade do clítico, tanto na fala quanto na escrita. O interlocutor compreende o sentido, sabe que está implícita a referência a algo ou alguém.

A seguir, algumas destas ocorrências<sup>7</sup>: (a) uso de clítico; (b) uso de pronome lexical (o *ele* acusativo); (c) objeto nulo (supressão do clítico).

(1) *Entregaram o documento para mim* → (a) Eles o entregaram para mim; Entregaram-no para mim; (b) Entregaram ele para mim; (c) Entregaram para mim.

(2) *Trouxemos os CDs* → (a) Nós os trouxemos para vocês; Trouxemo-los para vocês; (b) Trouxemos eles para vocês; A gente trouxe eles para vocês; (c) Trouxemos para vocês.

(3) *E o pacote?* → Enviei-o por via área; (b) Enviei ele por via área; (c) Enviei por via área.

(4) *Onde você deixou o papel que estava aqui?* → (a) Eu o joguei no lixo; Joguei-o no lixo; (b) Joguei ele no lixo; (c) Joguei no lixo.

Em *sites* da Internet, manuais de redação e estilo, obras voltadas à focalização de ‘erros mais comuns’, encontram-se referências ao uso culto dos pronomes oblíquos em oposição ao uso popular. Via de regra, assume-se o emprego ‘errado’ do pronome na linguagem cotidiana como ‘sacramentado’. Considera-se que, ainda que não corresponda ao uso correto preconizado pela norma-padrão, o pronome reto, na linguagem do dia-a-dia, tenha assumido definitivamente o papel de complemento verbal, como uma tendência de uso em diversos contextos lingüísticos.

Este não é, entretanto, o uso consagrado e mais produtivo. De fato, o emprego do objeto direto *ele* acusativo em substituição ao clítico *o* configura-se como um rearranjo do sistema pronominal, abrindo caminho para objetos nulos, acatados como ‘menos ‘errados’, por exemplo, por falantes escolarizados, com algum domínio de repertórios lingüísticos mais amplos quanto ao uso da norma-padrão. Na verdade, os estudos sociolingüísticos dão conta de que, na língua falada, o objeto nulo desempenha o maior número de retomadas

---

<sup>7</sup> Com referência a *Deixe ele entrar*, no registro falado, normalmente substituído por: *Deixa ele entrar*, tem-se a forma do imperativo praticada pela maioria dos falantes. Estão ausentes da língua falada no PB as formas contidas em: *Trouxemo-los para vocês, Entregaram-no para mim, Levem-no.*

anafóricas, especialmente do objeto direto marcado pelo traço semântico [-animado] (Bagnó, 2000, p. 201-2). Os falantes cultos, em geral, salvo em alguns contextos específicos, consideram ‘errado’ o uso do pronome lexical, *ele* acusativo, e o rejeitam. Por outro lado, por considerarem ‘certo demais’, ‘pedante’, ‘rebuscado’ evitam o emprego dos clíticos, adotam a estratégia do apagamento do objeto (Matos e Silva, 2004, p.143-151).

É interessante observar que nem os prescritivistas mais acirrados, contudo, condenam o objeto nulo com a mesma veemência que o fazem com relação à forma reta em substituição ao clítico. Talvez por se tratar de um uso tão incorporado à gramática intuitiva do falante do português do Brasil. Outra hipótese seria a de menor ocorrência do objeto nulo na língua escrita, monitorada.

Esta estratégia da supressão do objeto direto se mostra mais produtiva na língua falada; porém é uma tendência mesmo na escrita, em diversos gêneros discursivos, como, por exemplo, em *e-mails*, mesmo em mensagens comerciais ou não pessoais:

*Prezado Sr. Djalma Soares,*

*Recebi os arquivos. Abri e salvei. Envio assim que concluir a conferência dos dados.*

*Laura Coelho*

Este processo de rearranjo sintático no português falado do Brasil vem se manifestando diferentes contextos sócio-lingüísticos em que ocorrem os atos de fala. Percebe-se isso na linguagem realizada no rádio, na TV, em filmes, desenhos animados etc. Tempos atrás, as falas em desenhos animados, especialmente nas traduções para o PB, apresentavam enunciados que soavam extremamente artificiais, como: *Você o está machucando! Solte-o!* Esta fala seria expressa de forma mais natural, mais adequada ao registro falado, algo como: *Você tá machucando ele! Solta ele!* Percebe-se, então, que a linguagem atualmente utilizada nas várias mídias vem levando em conta os diferentes registros lingüísticos que diferenciam a oralidade e a escrita, adequando os enunciados a cada gênero específico e a cada contexto.

Na língua falada no dia-a-dia, predomina, especialmente no caso de falantes menos escolarizados, o emprego do *ele* acusativo no lugar do clítico. Dando conta deste uso, e de um falante não culto, temos a fala da mãe de Chico Bento num quadrinho da Turma da Mônica, de Maurício de Sousa (OESP, TV Lazer, Quadrinhos, p. 22, 25/12/05).



Neste contexto, em *Todo bão! Vô fazê o possiver pra ajudá ele*, não apenas o uso do *ele* acusativo (aspecto sintático), mas outros elementos (aspectos lexicais e fonológicos) são indicativos de uma variação dialetal, um registro lingüístico menos prestigiado pela vinculação com falantes não escolarizados, pertencentes a classes sociais menos privilegiadas. Esta ocorrência é mais facilmente apreensível na avaliação social como traço estigmatizante, o que motiva a recuperação da regra no sentido do padrão normativo privilegiado, desde que condições externas a favoreçam (Matos e Silva, 2004, p.151).

Mesmo falantes escolarizados, que usam o registro culto da linguagem, apresentam o *ele* acusativo em suas realizações verbais. Percebe-se tal ocorrência na linguagem utilizada na TV, na fala de locutores, entrevistadores, apresentadores, nas novelas etc. Por exemplo, a fala do personagem Roberval em “Alma gêmea”, novela apresentada pela rede Globo (capítulo que foi ao ar em 17/1/05): *Não sei, o Hélio quer que eu leve ele e a Serena de carro...* Cabe aqui inclusive a observação de se tratar de uma ‘novela de época’, na qual os personagens, em geral, se expressam por meio de um registro urbano mais monitorado, mais adequado aos padrões gramaticais, em que o clítico não soa como tão artificial. Em oposição, nesta mesma novela, temos personagens não urbanos, como Crispim e Mirna, que empregam um dialeto próprio dos habitantes da zona rural.

Na escrita, em textos formais, entretanto, forma reta em substituição ao clítico não é produtiva, a não ser em textos que refletem a fala, como em textos literários, piadas, tirinhas etc. No entanto, quando se trata de procurar reproduzir o registro oral na escrita, pode ser uma estratégia eficiente para configurar maior naturalidade. Pode-se tomar como exemplo uma peça publicitária impressa, exposta nos corredores do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, Capital. Nesta publicidade, um homem toma uma mulher, mais madura, nos braços, segurando-a no colo. Reproduzindo o diálogo de ambos, temos:

\_\_ *Foi de madrugada. Suei frio e tive azia.*

\_\_ Ainda bem que levei ela para lá.

Einstein Cardiologia - Hospital Israelita Albert Einstein

O emprego de *ela* em lugar de *a*, como referido no texto acima, ao contrário de outros desvios da norma-padrão, tem menos reprovação por parte dos usuários da língua, uma vez que praticado não apenas por falantes fadados ao estigma sociocultural, imediatamente relacionados à baixa escolarização, a classes sociais não prestigiadas. Exposta nos corredores do referido hospital, certamente freqüentado por uma maioria de falantes escolarizados e detentores dos princípios básicos da ‘norma culta’, do ‘padrão lingüístico ideal’, a linguagem desta peça publicitária, pelo ‘desvio’ nela contido, teria chamado a atenção dos receptores como um uso reprovado socioculturalmente? É bem provável que sim, mas não seria condenável como um outro ‘desvio’ praticado por usuários com menor desempenho lingüístico, ou menos escolarizados. Pode-se supor tratar-se, então, de um ‘desvio’ relativo a um registro menos ‘desvalorizado’, ainda que não pertencente à norma-padrão.

Por outro lado, tomando como referência uma piada veiculada pela Internet, ao contrário do que seria mais característico deste gênero vinculado à oralidade, observa-se o emprego dos clíticos da maneira como determina a norma-padrão.

*Uma senhora cumprimentava uma escritora por sua última obra, dizendo com maldade:*

\_\_ *Adorei o seu livro! Quem o escreveu?*



— *Fico satisfeítíssima em saber que você gostou, respondeu a escritora. Quem o leu para você ouvir?*

Cabe, entretanto, considerar que a adequação do emprego do clítico *o*, em se tratando deste tipo de texto, se faz, ao que tudo indica, para conferir um certo efeito de sentido: um tom irônico presente nas falas das duas interlocutoras. A eventual substituição do *o* por *ele* permitiria características próprias da oralidade, provavelmente não condizentes com aquilo que se pretende veicular por meio deste tipo de discurso, em que o tom sarcástico das co-enunciadoras, uma procurando se mostrar mais ‘capacitada’ que a outra, digamos, ‘combina’ melhor com tal emprego dos clíticos.

O fato é que formas como *Ele me bateu*, *Vou te pegar* são habituais na língua falada, mas *Deixe-o entrar*, *Eu o conheço*, *Vou levá-lo*, *Vieram pegá-la*, ocorrem em contextos orais muito específicos quando falantes escolarizados querem deixar claro que dominam as regras impostas pela gramática da escola e as usam como recurso estilístico, por exemplo, para impressionar, para demonstrar manejo lingüístico adequado, aspectos vinculados à própria ‘caracterização’ do indivíduo como pessoa, como profissional, como cidadão etc.

Cabe questionar - e averiguar - se estas tendências de mudanças sintáticas próprias ao português brasileiro se configuram tão somente como casos de variação de registro ou apontam para mudança em curso.

## 6. Considerações finais

Esta reestruturação sintática da língua, pelo rearranjo do sistema pronominal, coloca em foco uma característica básica dos sistemas lingüísticos: estes existem e se tornam viáveis em função da necessidade de uso dos falantes e estão sujeitos, deste modo, às pressões do funcionamento e sistema interno lingüísticos, que garantem a satisfação das necessidades comunicativas dos usuários da língua (Neves, 2002, p.188). Os clíticos praticamente não se realizam no PB falado, sequer por falantes cultos, e sua supressão não acarreta nenhum problema de comunicação, o que nos leva a ponderar que, se os falantes não os empregam, é porque não precisam deles.

Esta tendência marca a fala corrente mesmo daqueles com escolaridade alta em situações menos formais. Sendo o uso do *e* e pronome lexical (*ele* acusativo) mais facilmente apreensível na avaliação social como traço estigmatizante, o falante culto, embora não recupere, na língua falada, a regra no sentido do padrão normativo privilegiado, adota como estratégia a supressão do objeto direto (objeto nulo), facilitada pela perda do clítico e justificada pelo desprestígio social do *ele* acusativo.

Na língua escrita, não é usual a incidência do *ele* acusativo em substituição ao clítico; na língua falada, no entanto, são produtivos os clíticos em substituição ao objeto direto anafórico *ele* acusativo, como em *Adoro ele*, especialmente - mas não exclusivamente - por falantes menos escolarizados, não detentores da norma-padrão. Levando-se em conta o conjunto de usuários da língua, trata-se de paradigmas intermediários, que se configuram como uma modalidade lingüística praticada por falantes diversos: do mais ao menos escolarizado, do mais ao menos privilegiado.

Pode-se considerar, deste modo, a existência de ‘categorias’ de desvios lingüísticos vinculadas à inserção sociocultural, isto é, à qualificação sociocultural articulada com desempenho lingüístico e valoração de registro. Neste sentido, o emprego de estratégias alternativas ao clítico de terceira pessoa na representação do acusativo anafórico apresenta, cada vez mais, a regularidade de uso na língua falada, com menos censura, sem a reprovação e estranhamento causados por outros tipos de desvios vinculados, em maior ou menos grau, a registros desvalorizados.

### **Referências Bibliográficas**

- ALKMIM, Tânia. *Sociolingüística Parte I*. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística 1: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2002.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta - língua, poder e sociedade*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa - Tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico - o que é e como se faz*. São Paulo: Loyola, 2003.
- BAGNO, Marcos, STUBBS, Michael, GAGNÉ, Gilles. *Língua Materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo, Parábola, 2002.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BELINE, Ronald A *variação lingüística*. In: FIORIN, José Luiz (2002) *Introdução à lingüística 1: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002, pp.121 a 140.
- CAMACHO, Roberto G. *Sociolingüística Parte II*. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina *Introdução à lingüística 1: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTILHO, A. T. de (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. I, Campinas: FAPESP/Editora. da UNICAMP, 1991.
- CASTILHO, A. T. de (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. III, Campinas: FAPESP/Editora. da UNICAMP, 1993.
- CASTILHO, A. T. de e BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do português falado: estudos descritivos*, Vol. IV, Campinas: FAPESP/Ed. da UNICAMP, 1996.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3<sup>a</sup> ed. revista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M.L.C.V.O. e AQUINO, Z.G.O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2002.
- MARCUSCHI, L.A *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- NEVES, M. Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.
- NEVES, M. Helena de Moura. *Que gramática ensinar na escola? Norma e uso na língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.
- POSSENTI, Sírio *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.
- PRETI, D. *Sociolingüística: os níveis de fala*. São Paulo: Edusp, 2000.

SCHEI, Ane. *A colocação pronominal do português brasileiro. A língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus*. São Paulo: Cortez, 2003.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

TERRA, Ernani *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Almedina, 2001.